

# Lenin e a imprensa revolucionária

Cátia Guimarães<sup>1</sup>

## 1. Introdução

*Queremos criar, e criá-la-emos, uma imprensa livre não só no sentido policial, livre também do jugo do capital, isenta de arrivismo; e mais ainda – livre do individualismo anárquico burguês (Lenin, 1975b)*

Embora tenha historicamente menos enfoque na literatura da área, o famoso ‘acerto de contas’ que, a partir do final dos anos 1950, uma parcela da esquerda brasileira precisou fazer com seu passado de relação com a União Soviética envolveu também o campo da comunicação. Assim, os efeitos prolongados da divulgação do relatório Krushev que, em 1956, denunciou os crimes de Stalin, acabaram por reverberar sobre a forma como os partidos, frentes políticas e movimentos sociais passaram a conceber e organizar sua atuação em relação à imprensa, tanto na resistência à ditadura empresarial-militar quanto no pós-redemocratização. E, tal como em outras esferas da vida social, esse revisionismo – teórico e estratégico – atingiu em cheio o legado de Vladimir Lenin, em muitos casos associado a práticas caracterizadas como autoritárias e manipuladoras que, quando não figuram como condenáveis, passam a ser descritas, pelo menos, como ultrapassadas.

Tal como se deu em outras áreas, a forma que essa ruptura tomou no debate da comunicação foi a de uma oposição – apressada, segundo a perspectiva deste artigo – entre a herança leninista em relação

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho (Portugal), com uma pesquisa que associa jornalismo alternativo e desinformação. É jornalista, professora e pesquisadora da Fiocruz (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio).

à imprensa e as novas ideias gramscianas, que chegavam com força ao Brasil. No centro dessa disputa, estava, por um lado, a discussão sobre o dirigismo dos partidos políticos à frente dos jornais e, por outro, já após o fim do regime autoritário, a expectativa que se criava sobre o novo papel que a sociedade civil deveria desempenhar no país. Num livro que se tornou referência sobre a história da imprensa alternativa durante a ditadura – que aponta, inclusive, como uma das razões para o fim de muitos jornais de resistência daquele período a disputa entre o desejo de autonomia dos jornalistas e a realidade de “aparelhamento” dos veículos pelos partidos políticos – Kucinski aborda explicitamente essa suposta oposição:

O organismo deliberativo dos jornais era em geral estabelecido segundo o princípio da frente jornalística, reunindo jornalistas, intelectuais e ativistas de vários partidos clandestinos em torno de uma plataforma comum. Mas na cultura política de cada partido ainda predominava a *concepção leninista que entendia o jornal como instrumento de partido*. (...) Era como se houvesse um *consciente gramsciano*, expresso nos programas e estatutos, compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um *inconsciente leninista* trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo (Kucinski, 2003, p. 20, grifos nossos).

São várias as passagens desse texto em que as divergências internas entre grupos e partidos e a defesa de maior autonomia por parte dos jornalistas são retratadas no registro de um “modelo” ou “paradigma leninista” que, no jornal mas também em outros aspectos de organização da luta política, teria se enfraquecido com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). “O novo partido, que reunia católicos, comunistas, socialistas e sindicalistas pragmáticos, negava a própria necessidade de haver uma doutrina. Com o PT foram implodindo um após o outro todos os partidos e agrupamentos leninistas (...), no que

também implodiram jornais alternativos apoiados na sua militância” (Kucinski, 2003, p. 27).

Ultrapassa o escopo deste trabalho a discussão sobre essa relação entre as frações políticas à frente dos jornais alternativos ao longo da ditadura no Brasil. O que importa reter dessa discussão é o quanto, de fato, a trajetória futura do Partido dos Trabalhadores, que se consolidará como a principal força de esquerda organizativa da classe trabalhadora no pós-redemocratização, se afastará da tradição da imprensa comunista partidária que prevaleceu na primeira metade do século XX no Brasil, sob a liderança do PCB. Curiosamente, no entanto, trata-se, segundo análise que já desenvolvemos em outra oportunidade (Guimarães, 2019), não se tratou apenas do abandono da concepção leninista do jornal (como agitador, propagandista e organizador coletivo), mas também da própria ideia da imprensa como ferramenta de disputa de hegemonia, nos termos de Gramsci (2007).

A compreensão dessas opções tático-estratégicas do PT e da esquerda democrática brasileira da qual ele é parte requer mediações que ultrapassam os limites deste espaço, mas é relevante, para os objetivos deste texto, entender as bases da recusa ao pensamento leninista que marcará o caminho do debate da esquerda sobre a imprensa também esse momento de transição pós-ditadura. Ilustra bem esse momento – e a concepção que, apesar dos muitos embates, parece fundamentar o fato de o partido jamais ter investido numa imprensa de massas que disputasse hegemonia na sociedade brasileira – a linha argumentativa desenvolvida pelo filósofo Leandro Konder durante um debate sobre ‘Comunicação e transição democrática’, realizado em 1984. Naquele VII Ciclo de Estados Interdisciplinares da Comunicação, organizado pela Intercom, uma das mais importantes associações científicas da área, Konder, que tinha militado no PCB por mais de 30 anos e naquele momento se aproximava da nova esquerda que surgia com a redemocratização – ele se filiaria ao PT cinco anos depois –, foi encarregado de falar sobre o papel dos intelectuais. Chama atenção, no entanto, que a parte final da apresentação se dedica a tratar do que lhe

parece uma necessidade de, diante do processo de fortalecimento da sociedade civil que se daria com a chegada da democracia, modificar-se o olhar sobre as disputas em relação à imprensa, deixando para trás, exatamente, o legado leninista.

Lançando mão da elaboração gramsciana que estabelece uma distinção entre sociedades orientais e ocidentais<sup>2</sup>, Konder, naquele momento, afirmava que “a experiência histórica conferiu novo conteúdo à questão democrática e deu lastro concreto aos anseios de participação que se desenvolveram na vida política dos países de tipo ‘ocidental’”. Ao defender que as forças de esquerda deveriam travar a “luta pelo direito democrático de acesso para todos à informação honesta”, ele completou o argumento pontuando que “(...) a luta não pode ser encaminhada no sentido de superar a atual manipulação das informações [da grande imprensa] por outro tipo de manipulação de informações (pretensamente legitimado por interesses ‘revolucionários’ (1985, p. 134-135). E exemplificou:

No tempo de Lenin, na Rússia do começo do século, seria impensável, por exemplo, um episódio como o do escândalo de Watergate, que contribuiu para a queda de Richard Nixon. Insistir, então, em buscar em Lenin bases para uma abordagem da questão da liberdade de imprensa, nas condições atuais, é condenar-se ao isolamento, é renunciar a uma plena participação na luta real pela democratização da sociedade brasileira, é deixar

---

<sup>2</sup> Para Gramsci, diferente das sociedades orientais, em que o poder está muito concentrado no aparelho do Estado, o autor italiano identifica um processo de alargamento da sociedade civil nas ditas sociedades ocidentais. Ele localiza essa mudança mais propriamente a partir de 1870, com a expansão colonial europeia, quando ganha definitivamente corpo a estratégia que ele chama de “hegemonia civil”. Nesse sentido, além dos instrumentos legais e coercitivos de que se dispõe nos aparelhos de Estado, o espaço da sociedade civil — externo a esses aparelhos embora componente do Estado em sentido *lato* — passa a ser privilegiado nas estratégias de dominação que precisam contar, cada vez mais, com a construção de um consenso que legitime o poder. E a imprensa, como o próprio Gramsci reconhece em toda a sua obra, tem desde já um importante papel nessa estratégia.

de travar efetivamente o combate pelo direito democrático à informação honesta (sem manipulação), é conformar-se em travar escaramuças doutrinárias de valor apenas simbólico (Konder, 1985, p. 135-136).

A aposta – que expressa a estratégia que acabou prevalecendo na trajetória do Partido dos Trabalhadores até os dias de hoje (Guimarães, 2019) – era de que a sociedade civil, fortalecida com o processo de redemocratização, seria capaz de pressionar para que se travasse uma “luta política no interior dos grandes órgãos de imprensa” (Konder, 1985, p. 133). À luz de uma leitura (coletiva) em que (um certo) Gramsci parece substituir e atualizar Lenin, tratava-se, também no campo da comunicação, de investir numa “complexa e prolongada guerra de posições” (Konder, 1985, p. 133).

Esse breve resgate histórico, que ajuda a explicar um cenário absolutamente atual, é o que, a nosso ver, justifica que, no ano do centenário da sua morte, retomemos o pensamento leninista sobre a imprensa e o papel do partido. Compreender as concepções de jornal revolucionário elaboradas no transcorrer das lutas concretas que se travavam na Rússia, sempre em coerência com as distintas conjunturas políticas e níveis de consciência dos trabalhadores, parece-nos um exercício teórico e político relevante no Brasil de hoje, sobretudo num momento em que a ‘batalha das ideias’ ganha novos formatos, com prevalência do terreno das redes sociais digitais, a emergência de um novo modelo de negócios desenvolvido pelos conglomerados empresariais que comandam as grandes plataformas digitais, a naturalização de um processo de hiperfragmentação dos conteúdos e um cenário de crescimento de uma verdadeira ‘indústria’ da desinformação que tem funcionado como instrumento de crescimento da extrema-direita mundialmente. Vamos a ele.

## 2. Lenin e as diversas fases da imprensa revolucionária

Em textos principalmente do início do século XX, anteriores ao Ensaio Geral de 1905, Lenin promove uma intensa discussão sobre a importância de a socialdemocracia<sup>3</sup> construir um jornal que abrangesse toda a Rússia, tanto no conteúdo quanto na circulação. Nesse momento, sua preocupação principal era a criação de um partido único, centralizado, que pudesse ajudar a organizar os trabalhadores e, de modo mais geral, atrair todas as classes que se opunham ao governo czarista.

Assim, o jornal aparece primeiro na obra de Lenin como um dos caminhos possíveis e necessários para se estabelecer uma unidade do movimento revolucionário que, nas suas palavras, sofria sobretudo pela “dispersão”, tanto de ideias quanto de organização (1975b, p. 55). Naquele momento, Lenin estava numa batalha contra a limitação da luta aos espaços locais e a uma dimensão econômica (corporativa, defendida pelo sindicalismo chamado de *trade unionista*), que ele considerava insuficiente para a luta de classes. A organização do jornal aparece, então, como uma das respostas ao desafio de se formar um partido único, centralizado, sem ferir a autonomia da atividade local. Ele defendia que essa era, portanto, a tarefa imediata dos socialdemocratas russos.

Se um determinado jornal não for assegurado como sendo a expressão fiel de um partido, a criação desse partido reduzir-se-á em grande parte a palavreado e nada mais. E se a luta econômica não for unificada num órgão central de imprensa, esta

---

<sup>3</sup> Lenin se refere aqui ao Partido Operário Social-Democrata Russo, que reunia tendências revolucionárias e mais tarde daria origem ao Partido Comunista. Como já explicamos em nota anterior, também aqui não existe qualquer endosso à socialdemocracia reformista que se desenvolveu na esteira do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), desde as primeiras décadas do século XX e centrou seu projeto em torno do Estado de Bem-Estar Social.

também não poderá transformar-se na luta de classes de todo o operariado russo. A continuação da luta política só será possível se o Partido se expressar sobre todos os problemas políticos e se dirigir as manifestações isoladas dessa luta. A organização das forças revolucionárias, a sua disciplina e o desenvolvimento da técnica revolucionária só serão possíveis através da discussão de todos estes problemas num órgão central (...) (Lenin, 1975b, p. 15-16)

Ainda que não esteja nomeado dessa forma, na base dos argumentos de Lenin para defender essas propostas está uma análise concreta sobre os diferentes graus de desenvolvimento da consciência dos trabalhadores. “(...) para Lenin, a classe operária não é homogênea; é preciso distinguir o operário avançado do operário médio e este último do operário ainda completamente estranho à consciência de classe”, explica Madeleine Worontzoff (1977, p. 28). Diríamos que a grande batalha do revolucionário russo naquele momento era contra uma concepção que estagnava os trabalhadores na luta econômico-corporativa e, conseqüentemente, *na consciência em si*, sem ‘alimentar’ a consciência de classe nem impulsionar o salto rumo à *consciência para si* e a uma ruptura concreta mais radical. Em um dos muitos trechos em que aborda essa polêmica, ele diz:

Pode chamar-se luta de classes à luta dos operários de uma determinada fábrica ou grêmio contra os patrões? Não; isso é só um débil começo. A luta dos operários só se converte em luta de classes quando os representantes da vanguarda de toda a classe operária de um país têm consciência da unidade da classe trabalhadora e empreendem a luta, não contra um patrão isolado, mas contra *toda a classe capitalista* e contra o governo que apoia essa classe (Lenin, 1975b, p. 12).

E, na sequência, para defender a prioridade da organização nacional sobre o trabalho local naquele momento da luta na Rússia, ele propõe um caminho: “O objetivo da social-democracia consiste, precisamente, em transformar, através da propaganda, da agitação e da organização dos operários — *essa luta espontânea contra os opressores* — numa luta comum a toda a classe, na luta por um Partido político determinado, por ideais políticos e socialistas definidos” (Lenin, 1975b, p. 12).

Perceba-se, na frase acima, que Lenin trabalha com um contexto em que já existe um movimento “espontâneo” que, portanto, precisa ‘apenas’ superar os limites que a dimensão local e corporativa da luta lhe impõe<sup>4</sup>. Em outro texto — ‘Por onde começar?’ —, de 1901, em que responde às críticas à sua proposta de um jornal nacional, ele destaca a importância do trabalho de organização mesmo em momentos de pouca mobilização:

(...) nenhuma situação, por “monótona e pacífica” que seja, como nenhum período de “quebra do espírito revolucionário” exclui a obrigação de trabalhar pela criação de uma organização de combate ou de levar a cabo a *agitação política*; mais ainda: é precisamente em tais circunstâncias e em tais períodos que é necessário esse trabalho, porque nos momentos de explosão é já tarde para criar uma organização (Lenin, 1975b, p. 51, grifos nossos).

Aliás, vale ressaltar que o cerne do seu argumento vai além da ‘conscientização’ dos operários, enfocando precisamente o esforço de

---

<sup>4</sup> Essa clareza de que Lenin lidava com uma realidade já convulsionada, em que as bases para a revolução estavam dadas, contribui para que se compreenda a obra do revolucionário russo como ultrapassada, extemporânea ou dissociada de realidades nacionais como, por exemplo, a do Brasil. Isso explica, inclusive, em grande medida, a avaliação crítica que se fez, por exemplo, da tendência leninista dos jornais alternativos que prevaleceram durante a ditadura militar, como se pode ler em Kucinski, 2003.



construção de uma *unidade* em torno da concepção de mundo proletária. E aqui, na discussão de tática e estratégia, Lenin já mostra as origens do conceito de hegemonia que Gramsci, dando o devido crédito ao revolucionário russo, desenvolverá mais tarde. Vejamos, por exemplo, o papel do jornal na constituição de algo próximo ao que, pela nossa interpretação, o comunista italiano chamaria de bloco histórico — e com todo o teor revolucionário que algumas leituras simplesmente apagaram da sua obra:

(...) reconhecendo na classe operária e na social-democracia russa a vanguarda combativa na luta pela democracia, pela liberdade política, consideramos necessário preocuparmo-nos para que os nossos órgãos de informação sejam os órgãos de toda a democracia; mas *nem por um momento poderemos admitir a ideia de esquecer o antagonismo de classe entre o proletariado e as outras classes, nem a mínima tentativa de ocultar essa mesma luta*; a nossa ideia é que se exponham e examinem todos os problemas democráticos sem os limitar aos estritamente relacionados com o proletariado; que se exponham e examinem todos os casos e todas as manifestações de opressão política; que se relacione o movimento operário com a luta política, sob todas as formas; que se convidem todos os que lutam honestamente contra a autocracia, seja qual for a sua opinião ou a classe a que pertençam, para apoiar a classe operária, considerada como a única força revolucionária e decididamente hostil ao absolutismo” (Lenin, 1975b, p. 45-46, grifos nossos).

### **3. Agitação, propaganda e graus de consciência**

O fato é que o conjunto da obra de Lenin mostra sua clareza de que o grau de desenvolvimento da consciência varia não apenas nos diferentes períodos, mas também entre os trabalhadores de um mesmo momento histórico. É por isso que, pensando na situação concreta

da Rússia pré-revolucionária, ele identifica duas funções principais para o jornal proletário: a *agitação* e a *propaganda*. Resumidamente, diríamos que o objetivo da agitação é despertar a indignação de modo a promover a ação, enquanto a propaganda deve explicar a natureza dos problemas. Vejamos como, a partir de um exemplo concreto, ele distingue as duas funções:

(...) um propagandista, se trata por exemplo do problema do desempregado, deve explicar a natureza capitalista das crises, assinalar a causa da inevitabilidade das mesmas na sociedade actual, e indicar a necessidade de transformar a sociedade capitalista em socialista, etc. Numa palavra, deve dar “muitas ideias”, tantas ideias que todas essas ideias, no seu conjunto, só poderão ser assimiladas, nessa altura, por um número (relativamente pequeno) de pessoas. Pelo contrário, ao tratar do mesmo problema, o agitador tomará por exemplo mais conhecido do seu auditório — por exemplo, o caso de uma família de desempregados, morta por inanição, a miséria crescente, etc., e, apoiando-se nesse facto conhecido por todos fará todos os esforços para inculcar nas “massas” uma única ideia: a da contradição absurda entre o aumento da riqueza e o aumento da miséria; procurará despertar nas massas o descontentamento, a indignação contra esta flagrante injustiça, deixando ao propagandista o cuidado de dar uma explicação completa desta contradição (Lenin, 1975a, p. 80-81).

Não deve passar despercebido que, no conjunto dos seus textos sobre esse tema, aparece a menção a uma ‘divisão de tarefas’ entre veículos diferentes, por vezes referidos como uma “revista político-científica” e um “jornal operário” (1975b, p. 42). Em outros momentos, o revolucionário russo trata apenas do “jornal do partido”, buscando esclarecer como o seu conteúdo atingiria os trabalhadores que se encontram em estágios diferentes de conhecimento e consciência.

Worontzoff resume: “A cada fase [da crise que levaria à revolução] corresponde uma tarefa (agitação, propaganda, organização dominante); um interlocutor (vanguarda, classe, massas) prioritário; um tipo de imprensa (brochura, jornal, manifesto) particularmente adequado” (1977, p. 64). Contextualizando essa teorização na história da Rússia, a autora explica que, entre 1899 e 1902, os escritos de Lenin sobre a imprensa condiziam com um período de “preparação da revolução pela propaganda e organização”, o que justifica que o jornal se dirigia principalmente aos “militantes”, já que, com a “insurreição” ainda longe no horizonte, o objetivo prioritário era “formar quadros revolucionários” (1977, p. 64). Esse é precisamente o teor das orientações contidas no texto ‘Que fazer?’, que é um dos mais citados de Lenin sobre esse tema.

A partir de 1903, o ‘público’ do jornal na concepção proposta por Lenin se ampliaria para toda a classe operária na medida em que a revolução teria se tornado um horizonte mais concreto. “A imprensa deve deixar de veicular grandes verdades, para ser um guia de acção que se anuncia”, diz Worontzoff (1977, p. 66). E completa: “O período que se segue é complexo: existe um recuo, um retorno a uma concepção essencialmente propagandista e organizadora da imprensa (...). O jornal não se dirige, como em 1900, ao pequeno núcleo inicial de militantes” (1977, p. 67). Será apenas entre 1910 e 1912 que, de acordo com a autora, Lenin investirá esforços num jornal da classe operária (o Pravda), com perfil de massa. Referindo-se ao pensamento do autor, ela contextualiza: “Não é concebível um jornal de massa a não ser num período em que a classe operária esteja suficientemente madura e suficientemente combativa para impulsionar o seu próprio jornal, sem fazer dele um florilégio de ecos fechados” (Worontzoff, 1977, p. 64).

No projeto escrito ainda em 1899, em que apresenta a proposta de construção de um jornal na Rússia, Lenin esclarece que a “massa de leitores” seria constituída por “operários médios” que nem sempre compreenderiam todas as questões, teóricas ou práticas, apresentadas pelo jornal. “Mas não se deve concluir, de maneira nenhuma, que

o jornal deva necessariamente baixar ao nível da massa dos seus leitores. Pelo contrário, é precisamente um dever do jornal elevar o nível dos leitores e ajudar a selecionar os operários de vanguarda entre os operários médios” (Lenin, 1975b, p. 28). Essa “vanguarda”, devidamente instrumentalizada pelo órgão de informação do partido, converte-se numa “intelectualidade proletária” que, assumindo a causa do socialismo, se torna dirigente. Já as “camadas inferiores do proletariado” deveriam ser apresentadas também a “outros métodos de agitação e de propaganda”, que Lenin exemplifica com “folhetos escritos na forma mais popular possível, propaganda oral e, sobretudo, panfletos relacionados com os acontecimentos locais” (1975b, p. 29). Ele esclarece, no entanto, que essa variação deve ser apenas “tática”, sem comprometer a unidade da “atividade política”.

Apesar da variação “tática”, é conhecida a frase de Lenin — escrita em 1902 — segundo a qual “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” (1975a, p. 33). E, embora essa não seja a função primeira do jornal, ele é parte do processo que leva os sujeitos ao encontro (ou à busca) da compreensão científica da realidade que precisa ser transformada. Isso é, na concepção do autor, elemento indispensável da formação de uma consciência de classe.

Para os dirigentes, em particular, o seu dever consistirá em instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, em libertar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da antiga concepção do mundo, e a nunca perder de vista que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, deve ser tratado como uma ciência, isto é, ser estudado. A consciência assim conseguida e cada vez mais lúcida deve ser difundida entre as massas operárias com zelo cada vez maior (...) (Lenin, 1975a, p. 37).

Lenin está brigando contra a concepção, comum na época em que ele escrevia, de que a consciência poderia ser gerada ‘espontaneamente’, como resultado quase ‘automático’ do desenvolvimento das

contradições capitalistas ou como um reflexo direto da vivência da exploração pelos trabalhadores. Trata-se de reconhecer (e alertar) que, mesmo diante da crise gerada a partir das contradições da realidade concreta, que causam sofrimento e revolta, a consciência pode regredir para o senso comum ou mesmo dar um ‘passo adiante’ mas voltando novamente a se acomodar na consciência em si — muito bem representada pela luta corporativa local cujos limites Lenin está denunciando. Portanto, a simples constatação (ou informação) — cotidiana — da exploração, das injustiças e das contradições do capitalismo não é suficiente para organizar a luta pela sua superação. Mais do que um reforço à discussão teórica sobre os graus de consciência, essa constatação aponta a necessidade de um trabalho — de mobilização, informação, conhecimento e organização — direcionado para esse fim, que pressupõe instituições e instrumentos específicos entre os quais, no momento em que escreve, Lenin destaca o partido e o jornal.

#### **4. Breve diálogo com Gramsci**

Boa parte dos escritos de Lenin sobre o jornal se dá no calor dos movimentos revolucionários na Rússia, enquanto Gramsci, que também dedica especial atenção ao tema, vive, nos escritos do cárcere, um momento em que o esforço principal parece ser a compreensão de uma derrota e a conseqüente construção de uma nova hegemonia a partir do espaço e dos aparelhos da sociedade civil no contexto da institucionalidade burguesa. É claro que esses são apenas momentos diferentes de um mesmo processo, na medida em que uma leitura não revisionista de Gramsci permite compreender que a luta de contra-hegemonia não elimina o momento de ruptura revolucionária, mas essa diferença de contexto sugere objetivos imediatos distintos na obra dos dois autores quando tratam do jornal como ferramenta. Assim, ao focar a superação do senso comum na direção do bom

senso<sup>5</sup>, Gramsci parece mirar mais especificamente a atuação sobre a consciência imediata reificada, apostando na dialética possível do confronto entre as ideias e a base material. Embora não apresente esse processo como passos em sequência, Gramsci parece propor como momento desejável posterior (naturalmente como um caminho dialético e não linear) ao desenvolvimento do núcleo do bom senso a formação de uma consciência política, que ele define como “consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica” (2004, p. 103), ou seja, o abalo do isolamento na direção de uma consciência mais coletiva (ou *em si*). Esta, segundo ele, é a “primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (Gramsci, 2004, p. 103), ou seja, alcança-se a consciência *para si*. Isso, no entanto, não resume o conjunto da trajetória e do pensamento do autor no campo do jornalismo.

Em Lenin, embora a dinâmica da “agitação” possa e deva ser utilizada para explorar as crises de correspondência entre as ideias e a realidade concreta, que atinge principalmente o indivíduo imerso no senso comum, essa ‘tática’ jornalística parece se voltar mais para o veículo inserido no contexto de uma classe que já adquiriu a consciência em si e caminha para as lutas que visam à ruptura material-concreta que pode significar a consciência para si. A História nos mostra, aliás, que essa foi também a forma que o jornal ‘engajado’ assumiu no momento das revoluções burguesas — destacando a presença numérica da imprensa comprometida com a Revolução Francesa, Losurdo (2004), não por acaso, se refere a esses instrumentos como de “agitação” e “mobilização”. Assim, Lenin parece supor a agitação como a forma necessária de um jornal que age sobre a classe já em movimento, mas que, ainda

---

<sup>5</sup> Apesar de “equivocado, contraditório e multiforme” (Gramsci, 2004, p. 118), para o pensador italiano o senso comum tem, desde sempre, o potencial de desenvolver-se em “bom senso”. Mais do que isso, e fundamental para a natureza do seu pensamento dialético, o autor reconhece a existência desse bom senso em potência no senso comum, como um “núcleo sadio” que, uma vez desenvolvido, pode dar unidade e coerência ao que antes era caos e fragmento (2004, p. 118)

assim, não se encontra homogeneamente ‘instrumentalizada’ para as lutas. E essa ‘instrumentalização’ é parte do papel da “propaganda”, a tática que, pelo jornal, ajuda a fornecer fundamentação histórica e teórica às contradições (e à indignação) que já se manifestaram. Trata-se aqui, então, de um jornal de partido, que ajuda a organizar e a mobilizar a classe, num momento em que ela já se encontra num estágio minimamente coletivo de atuação, ainda que, nesse coletivo, o grau de inserção e conhecimento dos atores seja muito diferente entre si. Assim, o papel de “propaganda” do jornal visaria exatamente desenvolver, no interior dessa massa, estágios avançados de *compreensão* da totalidade social que levariam a níveis também avançados de *consciência* entre aqueles que, como resultado desse processo real, se destacariam da massa operária na condição de vanguarda do movimento, ocupando novos papéis na direção dos trabalhos rumo à ruptura estrutural. E é nessa passagem para o ponto máximo da consciência *da* classe — que cria as condições subjetivas para a realização da consciência para si — que Lenin considera indispensável a mediação da teoria. Vale o destaque para uma passagem em que ele recorre a Kautsky, tratando da construção do socialismo na Rússia, para mostrar o papel da ciência na consciência e na sua relação com a dinâmica da realidade:

Como doutrina, é evidente que o socialismo tem as suas raízes nas relações econômicas actuais tal e qual como a luta de classes do proletariado, e tal como esta, o socialismo tem origem na luta contra a pobreza e a miséria das massas geradas pelo capitalismo. Mas o socialismo e a luta de classes surgem paralelamente e não são criados uma pela outra; surgem de premissas diferentes. A consciência socialista moderna não pode surgir senão com base em profundos conhecimentos científicos. Com efeito, a ciência econômica contemporânea constitui de tal modo uma premissa da produção socialista que, por exemplo, a técnica moderna, e o proletariado, por mais que o deseje, não podem criar nem uma nem outra; ambas surgem do desenvolvimento social

contemporâneo. Mas o portador da ciência não é o proletariado, mas a intelectualidade burguesa. (...) Deste modo, a consciência socialista é um elemento trazido do exterior (...) da luta de classe do proletariado e não qualquer coisa que surgiu espontaneamente (...) no seio dela". (Kautsky apud Lenin, 1975a, p. 50)

Dessa forma, o debate sobre a imprensa e o jornal na obra do militante russo é fundamental também pela concepção que expressa da relação entre teoria e prática, particularidade e universalidade no processo de tomada de consciência revolucionária pelos trabalhadores e, conseqüentemente, nas táticas e estratégias a serem adotadas para esse fim. Embora não conceba a revolução consciente sem a compreensão 'científica' da dinâmica internacional do capitalismo e recuse terminantemente qualquer tese determinista de geração espontânea da consciência, que negue as mediações necessárias entre o 'sentir', o 'compreender' e o 'agir', Lenin, ao mesmo tempo, não perde de vista a importância da articulação dialética entre essas esferas e, nesse movimento, parece reservar um papel fundamental para a devida utilização de práticas e instrumentos que, como o jornalismo, atuam sobre a realidade concreta cotidiana dos trabalhadores. Diz ele:

A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base nos fatos e acontecimentos políticos concretos e, além disso, necessariamente atuais, a observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da actividade e da vida de todas as classes, camadas e grupos da população. (...) Ora, não é nos livros que o operário poderá obter esta "ideia clara": só a podem encontrar nas situações vividas, nas denúncias de acontecimentos ainda recentes, de tudo o que sucede num dado momento à nossa volta (...) (Lenin, 1975a, p. 84).



Parece-nos que nesse momento do desenvolvimento da ação das classes e da sua consciência, não se trata mais do processo gradual de conhecimento que alimenta as contradições (internas e externas) dos indivíduos e grupos. Trata-se, cada vez mais, da adesão, só que agora minimamente ‘consciente’ — e não mais pela fé ou confiança, como se dá no senso comum mais ‘bruto’ — à filosofia e visão de mundo daqueles que desempenham o papel de mediação e referência teórica e política na organização das massas.

## 5. Considerações finais

Dos 100 anos que se passaram desde a morte de Vladimir Lenin, os últimos 40 foram marcados pelo fortalecimento de um consenso social que, do ponto de vista econômico, criou dificuldades para as forças de esquerda que atuam por dentro da institucionalidade furarem o bloqueio da cartilha neoliberal e que, no âmbito político, não consegue ir muito além dos limites cristalizados nos valores e práticas legitimados pela democracia liberal. Mais recentemente, no entanto, embora, na prática, as bases do consenso econômico permaneçam preservadas, a forma política das democracias liberais vem sendo questionada e abalada não pelos movimentos sociais, partidos e outras forças que expressem as lutas das classes trabalhadoras, mas por uma crescente extrema-direita que se fortalece mundialmente tanto pela expressão eleitoral quanto pela capacidade organizativa na sociedade civil, num processo que alguns autores (Fraser, 2020) têm anunciado como uma “crise de hegemonia”.

E esse cenário traz novidades (e desafios) também no campo da comunicação. Por meio de processo de deslegitimação da mídia liberal e diante de uma esquerda desarmada das suas ferramentas de disputa de hegemonia e fortalecimento da consciência, entre eles a imprensa dos trabalhadores, emerge uma estratégia de ‘desconsciência’, que investe no fortalecimento da fragmentação que caracteriza o senso comum gramsciano (Guimarães, 2023), na contramão do esforço de

elevação do nível de conhecimento como combustível para a atuação política que está na base do pensamento de Lenin. Da mesma forma, trata-se de uma estratégia que, apesar de investir naquilo que Gramsci chamou de aparelhos privados de hegemonia, que disputam narrativas e práticas pelo espectro da ultradireita, recusa o lugar da teoria que o revolucionário russo tanto valorizou na sua elaboração sobre a mobilização e organização política da classe trabalhadora.

Por tudo isso, mesmo que a hegemonia liberal tenha ampliado o espaço das sociedades do tipo ‘ocidental’ que requerem estratégias outras (também no campo da comunicação), e ainda que não se reconheça – no Brasil e outros cantos do mundo – a iminência de um momento propriamente revolucionário, parece cada vez mais relevante a tarefa de revisitar a obra de Lenin para se refletir e atualizar o papel das forças de esquerda que não abriram mão do protagonismo dos trabalhadores na condução das transformações sociais de agora e do futuro.

## Referências

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Cátia. Sobre disputa de hegemonia: imprensa e luta de classes na Estratégia Democrático-Popular. In: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, isabel; NEVES, Vitor. *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2019.

GUIMARÃES, Cátia. Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e pós-verdade. In: *Revista Eptic*, vol. 5, n. 2, 2023.

- KONDER, Leandro. Os intelectuais. In: MELO, José Marques de. *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- LENIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Editorial Stampa, 1975a.
- LENIN, V. I. *Sobre a imprensa e a literatura*. São Paulo: Editorial Stampa, 1975 b.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Edusp, 2003.
- WORONTZOFF, Madeleine. *A concepção de imprensa em Lenin*. 1977